



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

JOSÉ MAURÍCIO CALISTO DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO COMBATE AO
PRECONCEITO RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

GUARABIRA/PB

2024

JOSÉ MAURÍCIO CALISTO DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO COMBATE AO
PRECONCEITO RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado no Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, como requisito para conclusão do curso de Pedagogia, orientado pela Prof.^a Ms^a Sheila Gomes de Melo

Área de concentração: Formação docente e identidades: gênero, sexual, geracional, étnico-racial.

Orientadora: Profa. Msa. Sheila Gomes de Melo

Guarabira

2024

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586i Silva, José Maurício Calisto da.
A importância da educação antirracista no combate ao preconceito racial na educação infantil [manuscrito] / José Maurício Calisto da Silva. - 2024.
47 f.

Digitado.

Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Prof. Ma. Sheila Gomes de Melo, Departamento de Educação - CH".

1. Educação antirracista. 2. Preconceito racial. 3. Educação infantil. I. Título

21. ed. CDD 372.21

JOSÉ MAURÍCIO CALISTO DA SILVA

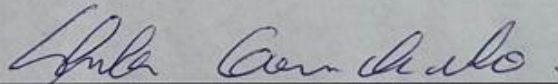
**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO COMBATE AO
PRECONCEITO RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentada ao
Departamento de Educação, Curso de
Pedagogia, da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

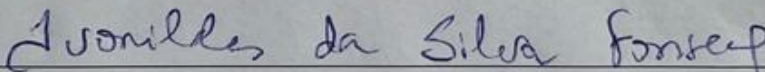
Área de concentração: Formação
Docente e Identidades: gênero, sexual,
geracional, étnico-racial.

Aprovado em: 22/11/2024

BANCA EXAMINADORA



Profa. Msa. Sheila Gomes de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Ivonildes da Silva Fonseca (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Msa. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira. (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Mas Deus escolheu as coisas loucas deste mundo para confundir as sábias; e Deus escolheu as coisas fracas deste mundo para confundir as fortes; e Deus escolheu as coisas vis deste mundo, e as desprezíveis, e as que não são, para aniquilar as que são; para que nenhuma carne se glorie perante Ele. (1 Coríntios 1:27-2

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela força, sabedoria e perseverança que me sustentaram em toda essa jornada. Sem Sua graça e bênçãos, nada disso seria possível.

À minha querida esposa, Aluska Elisama, pelo amor, paciência e incentivo constante. Você esteve ao meu lado em cada momento, me dando o suporte necessário para seguir adiante.

À minha orientadora, Sheila Gomes de Melo, por sua orientação valiosa, paciência e dedicação ao longo de todo o processo. Seu conhecimento e apoio foram fundamentais para a realização deste trabalho.

À minha mãe, Maria do Livramento Pereira da Silva, por todo o amor, sacrifício e apoio incondicional. Você sempre foi minha inspiração e base em todas as etapas da vida.

Ao meu pai, *in memoriam* José Calisto da Silva, cuja memória continua sendo uma fonte de força e inspiração para mim. Sei que, de onde estiver, você está orgulhoso.

Às minhas irmãs, Iris da Silva Calisto, Isabel da Silva Calisto, Iraide da Silva Calisto e Isabele da Silva Calisto, e aos meus irmãos, David Calisto da Silva e Alexandro da Silva Calisto, por todo o carinho, companheirismo e por sempre acreditarem em mim. A todos os meus familiares em geral, que direta ou indiretamente, contribuíram para esta conquista.

Agradeço também à minha turma de Pedagogia, por todo apoio, amizade e troca de experiências durante essa trajetória. Vocês tornaram esse percurso mais leve e significativo.

Por fim, aos meus amigos, Ismael Azevedo, Felipe Alorran, Túlio Lopes, Washington, Pr. Luiz Pessoa, Pr. Joelson Lourenço, Pr. Lindenberg Cardozo, José Roberto, Matheus Araújo e Rael Soares, que sempre me incentivaram e estiveram presentes nos momentos mais desafiadores. A amizade e o companheirismo de vocês foram essenciais. A todos, o meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

A educação antirracista não é apenas uma prática pedagógica, mas um compromisso ético que visa transformar a escola em um espaço de justiça social e respeito às diferenças. E também é capaz de contribuir para o combate ao preconceito racial. O trabalho tem como objetivo geral, analisar a relevância da educação antirracista no enfrentamento ao preconceito racial na educação infantil numa escola da cidade do Riachão (PB). Fundamentando-se em autores como Ribeiro (2019), Cavalheiro (2023), Gomes (2012) e Munanga (2019), dentre outros, que discutem a educação antirracista. Por meio de abordagem qualitativa, foram levantados dados sobre práticas pedagógicas, desafios, formação continuada, resistência de alunos/AS e famílias e a escassez de recursos pedagógicos. A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Riachão (PB), foi aplicado um estudo de caso, com aplicação de um questionário para 4 professores e um 1 diretor. O estudo alcançou um resultado eficiente, pois foi apontado que, mediante as respostas dos professores, teve alguns avanços pontuais na abordagem da educação antirracista, mas também revela desafios significativos que precisam ser superados para garantir uma educação mais inclusiva e efetiva. A formação continuada, o maior envolvimento das famílias e a aquisição de recursos pedagógicos adequados são ações sugeridas para fortalecer essa prática e combater o preconceito racial desde a infância. Conclui-se que a educação antirracista é essencial para criar ambientes escolares inclusivos e promover uma convivência harmoniosa, combatendo o racismo desde a educação infantil.

Palavras-chave: Educação antirracista. preconceito racial, educação infantil.

ABSTRACT

Anti-racist education is not merely a pedagogical practice but an ethical commitment aimed at transforming schools into spaces of social justice and respect for diversity. It also contributes to combating racial prejudice. This study aims to analyze the relevance of anti-racist education in addressing racial prejudice in early childhood education at a school in the city of Riachão (PB). It is grounded in authors such as Ribeiro (2019), Cavalheiro (2023), Gomes (2012), and Munanga (2019), among others, who discuss anti-racist education. Through a qualitative approach, data were collected on pedagogical practices, challenges, continuous training, resistance from students and families, and the lack of teaching resources. The research was conducted in a municipal school in Riachão (PB) and involved a case study, applying a questionnaire to 4 teachers and 1 principal. The study achieved effective results, as the teachers' responses indicated some specific progress in addressing anti-racist education, while also revealing significant challenges that need to be overcome to ensure more inclusive and effective education. Continuous training, greater family involvement, and the acquisition of adequate teaching resources are suggested actions to strengthen this practice and combat racial prejudice from an early age. It is concluded that anti-racist education is essential for creating inclusive school environments and fostering harmonious coexistence, combating racism starting in early childhood education.

Keywords: Anti-racist education, racial prejudice, early childhood education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. RECONHECENDO O RACISMO E PROMOVENDO A REPRESENTATIVIDADE NA ESCOLA	10
3. O SILENCIAMENTO DA VERDADEIRA HISTÓRIA DOS NEGROS	16
4. A INVISIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FRENTE AS QUESTÕES ÉTNICOS-RACIAIS.....	18
4. A IMPORTÂNCIA DE UM CURRÍCULO DECOLONIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	21
5. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	25
4.1 Caracterização dos sujeitos e do local	27
4.2 Instrumento de Pesquisa.....	28
6. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	29
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
8. REFERÊNCIAS	36
9. APÊNDICE	40

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Gráfico 1.....	34
Figura 2 - Gráfico 2.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Questionário - professores.....	37
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional 20 de dezembro de 1996. Lei nº 9.394/1996

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, 13 de julho de 1990. Lei nº 8.069/1990

1. INTRODUÇÃO

O racismo, bem como as discussões étnicas raciais não são temáticas que são discutidas recentemente no território brasileiro, sobretudo no meio educacional. Esta, por sua vez, é uma abordagem tanto antiga, como, ao mesmo tempo, atual. É alvo de muitas discussões no meio acadêmico e em vários espaços da nossa sociedade. Por outro lado, vemos o quanto ainda é um tema silenciado, tendo em vista que, o racismo se consolida através de diversos mecanismos que se estabelecem ou se manifestam de forma sorrateira e chegam até nós por meio de discursos, práticas e várias outras formas que perpetuam tal comportamento.

Diante disso, se faz necessário termos uma compreensão da importância de uma educação antirracista, pois é através dela que podemos promover a conscientização, a valorização das diferenças e a igualdade racial desde cedo para contribuir com a formação de cidadãos e cidadãs mais respeitosos e justos. A relevância da escola no combate ao preconceito racial e o papel dos docentes neste processo, contribui para promover uma educação de qualidade e que possa permear todo processo formativo dos sujeitos como pessoas dignas de aprender e se desenvolver apesar de suas diferenças internas e externas.

Na educação infantil, é de suma importância que não haja um silenciamento a respeito da ação do/a professor(a) mediante um ato racista presenciado, como também, em contrapartida, que as crianças tenham contato com um currículo descolonizador, como afirma Gomes (2012): descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos Gomes (2012). Mediante isto, no que tange ainda o papel do/a professor(a) na escola, o silêncio do professor facilita novas ocorrências, reforçando inadvertidamente a legitimidade de procedimentos e discriminações no espaço escolar e, com base neste, para outros âmbitos sociais. (Cavalleiro, 2023).

Com isso, a educação antirracista é um dos caminhos no combate ao preconceito racial que está fortemente inserido nas escolas, sobretudo na educação infantil. Sabemos que, muitas crianças negras ainda são discriminadas, excluídas e segregadas dentro das salas de aulas, como também até mesmo pelos seus próprios docentes.

A escolha do tema se deu primeiramente por ser uma pessoa negra, por já ter sido vítima do racismo e saber o quanto ele é prejudicial para a vida de qualquer pessoa. Mediante isso, despertou a necessidade de refletir e atuar de maneira efetiva na construção de uma sociedade mais igualitária, pois, como educadores, vivenciamos muitas vezes a fragilidade de crianças que enfrentam o preconceito em uma fase tão sensível como a infância, o que reforça o desejo de transformação

O presente estudo tem como objetivo geral analisar como a escola, localizada na cidade de Riachão-PB, trabalha na perspectiva da educação antirracista no combate ao preconceito racial na educação infantil. Para isso, busca-se investigar como a instituição desenvolve ações relacionadas à prática da educação antirracista, verificando ainda se a equipe docente busca aprofundamento ou formação sobre essa temática. Além disso, será pesquisado se há metodologias que promovam a discussão étnico-racial e se práticas pedagógicas antirracistas são implementadas em sala de aula. Dessa forma, o estudo pretende compreender as estratégias e desafios enfrentados pela escola no enfrentamento ao preconceito racial, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

A educação antirracista é essencial para enfrentar o racismo estrutural que permeia a sociedade, especialmente no ambiente escolar, um dos locais onde o preconceito racial é amplamente relatado. Ela promove uma educação crítica, capaz de ajudar alunos e alunas a identificarem e combater práticas racistas, contribuindo para um ambiente mais inclusivo e equitativo. Além de acolher as diferenças e respeitar a diversidade, a educação antirracista busca desconstruir ideias hegemônicas que reforçam padrões de exclusão, promovendo a valorização de todas as pessoas independentemente de sua cor ou características sociais.

A escolha do tema parte de uma experiência pessoal como homem negro que vivenciou o racismo, bem como da constatação de lacunas persistentes no tratamento de questões raciais nas escolas. Inserir práticas antirracistas no ambiente educacional é fundamental para combater preconceitos, valorizar a diversidade e construir uma sociedade mais justa, especialmente em um contexto marcado pelo ódio e intolerância. A educação antirracista não apenas transforma o espaço escolar, mas também contribui significativamente para a mudança social no momento atual.

A pesquisa realizada é de abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender as percepções de docentes e gestores sobre a temática da educação antirracista nas escolas. Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário semiestruturado a 5 professores e 1 diretor escolar, com questões relacionadas à prática pedagógica e à formação continuada sobre o tema. O instrumento utilizado visou obter informações detalhadas sobre as experiências, conhecimentos e desafios enfrentados pelos sujeitos da pesquisa no cotidiano escolar. A escolha desse método permitiu uma análise mais profunda e subjetiva, proporcionando uma visão abrangente e reflexiva sobre as práticas educacionais em relação ao combate ao racismo.

Neste trabalho, a introdução contextualizará o tema e os objetivos do estudo. Nos capítulos teóricos serão discutidos temas centrais, como reconhecendo o racismo e promovendo a representatividade na escola e, suas estruturas e políticas. Depois, em seguida, aspectos como o silenciamento da verdadeira história dos negros, a invisibilidade das instituições de ensino frente às questões étnico-raciais e a importância de um currículo decolonial na educação infantil serão discutidos. A metodologia da pesquisa detalhará os procedimentos utilizados, enquanto a caracterização dos sujeitos e do local e o instrumento de pesquisa apresentarão os participantes e os métodos de coleta de dados. Os resultados e discussão e os dados da pesquisa trarão a análise dos achados e suas implicações. Por fim, as considerações finais e as referências, que encerram a pesquisa.

2. RECONHECENDO O RACISMO E PROMOVENDO A REPRESENTATIVIDADE NA ESCOLA

Segundo (Ribeiro, 2019), a percepção crítica sobre a opressão racial apresenta diversos desafios para aqueles que vivem sem questionar esse sistema. Ela destaca que a capacidade desse sistema de passar despercebido, apesar de sua presença em todos os lugares, é uma característica intrínseca a ele. Ribeiro também argumenta que a conscientização sobre os privilégios de certos grupos sociais e a prática de pequenos exercícios de percepção pode transformar situações de violência que antes do processo de conscientização não seriam questionados.

Com isso, se faz necessário não apenas combater o racismo, mas também saber identificá-lo. Ele se apresenta para nós e diante de nós de diversas formas. Até aquelas em que, a princípio, parecem inofensivas e com tom de brincadeiras, sejam através de piadas, músicas e atitudes.

Diante disso, ter um olhar crítico é saber identificar práticas preconceituosas, é saber que as crianças negras devem se sentir representadas nos espaços escolares, é saber que elas, mesmo na fase da infância, são capazes de interiorizar toda ação discriminatória e exclusão que muitas vezes são vítimas dentro das próprias instituições de ensino. E por fim, é saber que a escola é um lugar de todos e para todos, e que a educação antirracista é uma ferramenta capaz de promover um ensino emancipatório e digno.

De acordo com Munanga, em entrevista realizada por Lilian Milena em 22 de maio de 2019, todos os tipos de racismo são condenáveis e cada um afeta suas vítimas de maneira única. Ele destaca que, no Brasil, o racismo possui características próprias, como o silêncio e o que não é dito, o que contribui para uma confusão geral entre as vítimas e não vítimas. (Munanga, 2019).

Diante disso, ter e promover uma educação antirracista, é mais do que uma assumir uma posição. É sobre se questionar o que estamos fazendo para combater o racismo. A prática racista é prejudicial de todas as formas e para todas as pessoas, inclusive para crianças.

Essas, muitas vezes despreparadas de intervenções de defesas, quando vítimas de preconceitos acabam por se sentirem culpadas pela cor da sua pele, como também tendo uma visão de que a escola não é lugar para elas.

A resposta para a problemática das relações raciais no espaço escolar poderia ser buscada, especialmente, no interior mesmo das escolas. Porém, poucos foram os estudos que se propuseram a observar as interações e relações entre professor-aluno e aluno-aluno, no interior da escola. (Junior, 2002)

Pensar sobre a identidade negra redonda sempre em sofrimento para o sujeito. Em função disto, o pensamento cria espaços de censura a sua liberdade de expressão e, simultaneamente suprime retalhos de sua própria matéria. (Costa, 1982).

Com isso, implementar uma educação antirracista na educação infantil não só ajuda a prevenir a formação de preconceitos raciais, mas também é capaz de promover um espaço educacional onde a aprendizagem seja mias acolhedor e inclusivo

Nesse sentido, ao abordar o racismo com as ferramentas adequadas, de maneira educacional, os professores podem fazer com que as crianças se desenvolvam de maneira integral como também, saibam manter a tolerância pela diversidade presente no mundo.

Além disso, praticar uma educação antirracista, é passar uma educação que enxergue todos, empodere todas as etnias e incentive a formação de cidadãos que sejam capazes de se respeitarem e se aceitarem como são. Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/ realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. (Gomes, 2005)

A educação antirracista, atualmente, se constitui uma das principais ferramentas no combate ao racismo nas escolas. Ela está pautada na lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de história-e cultura afro-brasileira. Posteriormente, foi sancionada também a lei 12.711/12, que abriu as portas para o acesso à educação

superior em instituições públicas ou privadas, através das cotas raciais. Com isso, a escola tem um papel importante a desenvolver no compromisso de impedir práticas preconceituosas e discriminatória no seu ambiente de ensino. Para isso, afirma Lopes:

Procedimentos de pesquisa, em nível escolar, são relevantes para o melhor conhecimento da realidade, embasando medidas e ações que não perpetuem o “status quo”. Tais procedimentos devem ser utilizados desde os primeiros anos escolares, associados a outros que vão permitindo a professor e alunos o alargamento de seus horizontes culturais e, por consequência, uma nova visão de mundo em que todos perdem com a prática do racismo, sentimentos de preconceito e ações de discriminação racial. (LOPES, 2002. p, 186)

Observando essa assertiva, vemos o quanto é importante que a escola, em todos os níveis educacionais, tracem medidas de prevenção contra o racismo, bem como uma educação que seja capaz de ampliar a visão do aluno a respeito da diversidade cultural existente no espaço de aprendizagem.

Durante muito tempo se fala sobre a igualdade social, étnico-racial e direitos iguais a todos. Porém isso difere da realidade social que vivemos, estando assim muito distante desse discurso (Junior, 2008). Por outro lado, visto que as trajetórias dos negros foram marcadas por dores, exclusões, discriminações e até mortes, uma vez que tentavam reivindicar seus direitos como cidadãos e também quando tentavam obter um lugar de fala e representatividade na sociedade, eles, portanto, foram impedidos de desfrutar de tais legalidades como cidadãos.

Algumas conquistas juntamente com outras nem sempre ganharam visibilidade e foram permitidas durante toda a história dos povos negros, sobretudo em território nacional, tendo em vista que a tentativa da maioria das classes dominantes eram de embranquecer a população brasileira, erradicando assim os negros que ainda existiam no Brasil, como também de apagar toda herança africana que permeasse o território e influenciasse a cultura, a fala e os costumes dos homens brancos:

Ainda que compondo um importante segmento da população brasileira, e sendo objeto de pesquisas em diversas áreas das ciências humanas, a população negra, durante muito tempo, não fez parte dos sujeitos pesquisados pela história da educação. (FONSECA. p, 54)

Diante disso, o negro, durante um certo tempo, foi excluído da história da

população negra dos estudos na área da educação no País. A população negra compõe uma parte significativa da sociedade, entretanto muitos pesquisadores não tiveram interesse em estudar essa herança africana que permeia nossa cultura.

Uma análise histórica nos permite entendermos como se deu tal processo de escravidão, perseguição, segregação, discriminação e posteriormente a negação dos direitos e igualdade dos escravizados, como também, como essa construção maléfica e estereotipada da imagem do negro foi construída que ainda está impregnada na sociedade, bem como na mentalidade das pessoas. Portanto, não há possibilidade de dissertarmos sobre as conquistas sem antes abordarmos a luta e todo o processo que existiu por trás de cada conquista que hoje é comemorada como uma vitória de todos os negros no Brasil e, para falarmos, sobretudo, de uma educação antirracista, se faz necessário pontuarmos alguns acontecimentos importantes que precedeu todas essas realizações.

Os documentos oficiais, tais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabeleceram a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, com direito à educação a partir dos 4 anos de idade. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada recentemente, define as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas na educação infantil, promovendo um currículo mais uniforme e inclusivo.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988. Art. 205)

Vemos com isso que, a educação, outrora negada a população negra, atualmente passou a ser um direito de todos. Mas além de direito de todos, passou também a ser um dever dividido entre a família e a sociedade. Ademais, abrangendo todos as áreas da criança, isto é, a área física, intelectual e emocional, a preparando para que ela possa ser uma pessoa capaz de exercer sua cidadania e qualificação para o mundo do trabalho.

Com isso, mostra-nos a importância da colaboração da sociedade no processo educativo, bem como sugere que, além das responsabilidades do Estado e da família, a participação ativa de comunidades, organizações e cidadãos é essencial para a criação de um ambiente educativo eficaz. A colaboração social pode ocorrer de várias formas, incluindo o apoio a instituições educacionais, o envolvimento em atividades extracurriculares e a promoção de iniciativas que complementem o currículo escolar.

Além disso, com o advento da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, a educação infantil foi ganhando forma e sendo mais organizada, para poder garantir os direitos das crianças que, em épocas passadas eram completamente negadas. Com isso, a LDB afirma:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996.)

Diante disso, vemos a evolução que a educação infantil estava tomando para assegurar os direitos educacionais de todas as crianças. Agora, no Brasil república, a educação infantil ganhou uma definição mais justa e humana, como também alcançou a crianças em todos os seus aspectos.

Além disso temos a Lei 10.639/03, sancionada em 9 de janeiro de 2003, tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos de ensino fundamental e médio em escolas públicas e privadas no Brasil. Essa legislação foi um marco no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial, pois estabeleceu um espaço curricular para a valorização da cultura negra, tanto na História quanto nas artes, literatura e demais áreas do conhecimento.

“Art. 1º. Fica estabelecido o ensino sobre história e cultura afro-brasileira, a ser ministrado no âmbito de todas as etapas da educação básica, pública e privada, no Brasil.” (Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003).

Ela visa corrigir a omissão da contribuição africana na formação do Brasil e combater o racismo estrutural presente na educação. No entanto, sua implementação

enfrenta desafios, como a falta de formação adequada para os professores, resistência em algumas instituições e a escassez de materiais pedagógicos apropriados. Além disso, apesar de ser uma lei importante, muitos críticos argumentam que ainda há lacunas na sua aplicação efetiva nas escolas, especialmente no que se refere à prática cotidiana e à efetiva mudança nos conteúdos curriculares.

Ademais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) desempenha um papel muito importante na educação infantil no Brasil, trazendo diretrizes que visam promover um ensino mais inclusivo e igualitário.

A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada." (BRASIL, 2017. p, 38.)

A BNCC estabelece diretrizes curriculares claras para a educação infantil, garantindo que todas as crianças, independentemente de sua localização ou contexto socioeconômico, tenham acesso a um currículo de qualidade. Como também, possibilite a criança a ter acesso a outros espaços e pessoas para que assim, ela possa se socializar e se desenvolver.

Isso assegura uma base comum de conhecimentos e habilidades, criando um padrão nacional que ajuda a garantir que todas as crianças recebam uma educação consistente e de qualidade independente de sua cor de pele ou etnia.

3. O SILENCIAMENTO DA VERDADEIRA HISTÓRIA DOS NEGROS

Durante muito tempo, os negros tiveram seus direitos renegados, sua história e sua ancestralidade banidas do meio socioeducacional, bem como tiveram suas trajetórias omissas e perpassadas de forma completamente equivocada, ou contada sempre do ponto de vista do homem branco, negando assim os valores, os costumes e toda influencia que tivesse origem africana. Ademais, os negros foram “livres” da escravidão, porém ainda continuam sendo excluídos, perseguidos e subalternos a esse sistema opressor que durante quase quatro séculos foi impregnado na mente da sociedade. Sobre isso, discorre a autora Djamila Ribeiro:

Quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não existisse uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas a força. Disseram-me que a população negra era passiva e que “aceitou” a escravidão sem resistência. Também me contaram que a Princesa Isabel havia sido sua grande redentora. (RIBEIRO, 2019, p.7)

Esse ensinamento se instaurou no Brasil e nas escolas e hoje há, de forma sorrateira, evidencias constantes de um sistema educacional negacionista no que diz respeito a legitimidade dos fatos pertinentes aos negros e sua real história não só no país, mas em todo o mundo. Podemos perceber com isso que, quantas crianças hoje ou anteriormente foram vítimas dessa educação negacionista, equivocada e atrasada que permeou nossas salas de aulas e contribui assim para uma sociedade racista e voltadas apenas para seus interesses próprios. Por outro lado, se faz necessário romper com esse sistema que tenta nos deseducar¹ e nos tornar alienados em relação a nossa própria história e origem.

¹ No livro "**A Deseducação do Negro**" de Carter Godwin Woodson, a palavra "**deseducar**" é utilizada de forma crítica para descrever o processo pelo qual a educação disponível para os negros na época era intencionalmente orientada para desestimar e inferiorizar a cultura, história e identidade dos afrodescendentes.

A concepção de educação pública para a população negra é historicamente constituída de negação e ausência, desde a proposta educacional dos jesuítas no período colonial ao projeto de República pautado no modelo europeu. Ao negro coube o lugar de depreciação institucional, ora em virtude da escravidão, ora pela tentativa de sua erradicação pela prática eugênica da nova República, perpassando pela limitação ou impedimento dos libertos aos bancos escolares durante o Império. (SILVA. [s.d.], p, 287.)

Partindo desse ponto de vista, a educação que foi ofertada para a população negra, foi marcada por, historicamente, uma negação dos seus direitos. Desde o período colonial até os dias atuais, ainda há resquícios dessa proposta educacional europeia e negligente.

Com a formação da República no Brasil, a educação foi tomando novos rumos e as legislações educacionais facilitaram o acesso e permanência das crianças nas escolas. Bem muito antes disso, a educação pública era moldada segundo padrões europeus, que muitas vezes ignoravam as especificidades culturais e históricas dos negros no Brasil. Esse modelo não levou em consideração as necessidades e a identidade da população negra, fazendo com que muitas crianças fossem excluídas e marginalizadas.

4. A INVISIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FRENTE AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS.

Sabemos que as escolas desempenham um papel de suma importância no combate às desigualdades que regem a sociedade, os nossos direitos, como também os deveres como cidadãos brasileiros. Porém, é necessário ir além para poder, às vezes, romper com padrões estabelecidos e limitantes impostos pelas instituições de ensino, ou seja, é necessário ter um olhar crítico e não limitado apenas aos conteúdos que forem passados em sala de aula, para que haja uma melhor análise dos fatos trazidos como objetos de ensino para o espaço escolar. Isso significa que, na medida que não há um questionamento legítimo, existe uma probabilidade imensa de estar subalterno de maneira cega e alienada, como afirma Alvez e Garcia:

É interessante que ao termos coragem de romper com as fronteiras disciplinares vamos encontrar respostas a nossas questões as quais, na fronteira disciplinar que alguns insistem em os prender, não havíamos encontrado. (ALVEZ e GARCIA, p. 95)

Diante disso, como discorre as autoras, é necessário coragem para não viver preso a um sistema que muitas vezes pode contribuir para nossa alienação a partir do momento quando nos silenciemos, ou também quando aceitamos esse silêncio que é imposto no que diz respeito a veracidade dos fatos, sobretudo, aqueles que são oriundos das temáticas raciais. Com isso, a obtenção de respostas advém junto de questionamentos uma vez que estes são feitos de forma legal e corajosa.

Em uma segunda análise, as escolas, em sua maioria, às vezes, contribuem para uma educação racista e excludente, quando esta se isenta de cumprir suas responsabilidades no que diz respeito ao combate as discriminações existentes em seu ambiente de ensino. Isso se dá, geralmente, quando seu corpo docente é despreparado para a abordagem das temáticas raciais por não terem uma formação continuada ou capacitações acadêmicas no tocante ao ensino e cultura afro-brasileiros, bem como, quando há um silenciamento da parte de toda equipe pedagógica e um desleixo e falta de interesse de tratar na instituição assuntos e

debates que promovam uma educação igualitária, como afirma Ribeiro (2019), a melhor forma de combater o racismo é reconhecê-lo.

Sabemos por outro lado que, o professor em sala de aula, atua de forma a mediar o ensino e transmiti-lo de maneira legítima para com seus alunos, bem como, ele deve ser o principal combatente de qualquer sinal preconceituoso ou racista que possa permear a sala de aula, que, muitas vezes se manifesta de forma sutil, vindo através de algumas brincadeiras ou palavreados que aparentam algo inofensivo. Diante disso, discorre a autora Cavalleiro, responsável em desenvolver uma pesquisa em várias instituições de ensino sobre as questões étnico raciais:

De qualquer modo, minha experiência mostrou que o silêncio do professor facilita novas ocorrências, reforçando inadvertidamente a legitimidade de procedimentos preconceituosos e discriminatórios no espaço escolar e, com base neste, para outros âmbitos sociais. (CAVALLEIRO, 2023, p. 10)

Quando um professor silencia diante das ocorrências preconceituosas em sua sala de aula ou em seu ambiente escolar, ele está contribuindo para a criação de uma sociedade racista e discriminatória. Esta atitude surte uma gama de efeitos negativos que reverberarão não só em sala de aula, mas em vários outros ambientes sociais, como prossegue a autora Cavalleiro (2023), “o silenciamento do docente referente a diversidade étnica e as suas discrepâncias, facilita o desenvolvimento do preconceito e a ocorrência de discriminação no espaço escolar”.

Outro fator bastante importante que surge diante dessa temática, é quando nas instituições de ensino, o negro aprende a admirar e valorizar outras culturas em detrimento da sua própria, sobretudo a europeia. Isso significa que, em um ambiente completamente culturalizado por influências voltadas apenas para um eurocentrismo exacerbado, o negro, portanto, é impingido a se dobrar e prestar valores admiráveis a essas eventualidades que orbitam, em quase tudo, os ambientes e em especial o educativo. Para tanto, corrobora o escritor Carter Godwin Woodson em sua obra intitulada “*A deseducação do Negro*”:

Os “negros instruídos” tem uma atitude de desprezo em relação ao seu povo porque em suas próprias escolas e nas escolas mistas os negros aprendem a admirar os hebreus, os gregos, os romanos e os teutões, e a depreciar os africanos. (WOODSON, 2021, p. 29)

É notório que, mesmo em ambientes educacionais, onde deviam ser primados a formação do indivíduo e a transmissão do saber de maneira legítima e igualitária, é, em contrapartida, trabalhada e passada uma educação pautada apenas em interesses eurocêntricos que contribui para uma deseducação e uma alienação dos povos negros.

4. A IMPORTÂNCIA DE UM CURRÍCULO DECOLONIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O conceito de decolonialidade diz respeito a uma crítica e superação das estruturas de poder e conhecimento que foram impostas durante o período colonial e que persistem até os dias de hoje. A decolonialidade propõe a valorização e o resgate dos saberes e práticas culturais marginalizados pelo pensamento eurocêntrico hegemônico.

Este movimento teórico e prático busca desconstruir as hierarquias coloniais que ainda influenciam a sociedade, bem como a educação, mostrando a realidade dos fatos acontecidos que foram narrados apenas do ponto de vista dos opressores e não daqueles que foram oprimidos. A história, durante muito tempo, foi contada apenas por grupos da elite que oprimiram e massacraram a cultura negra.

Quinjano (2000) explica que a colonialidade do poder persiste na sociedade contemporânea, influenciando as relações raciais, de gênero e de classe, mesmo após o fim do colonialismo formal. Diante disso, a decolonialidade, portanto, não é apenas uma volta ao passado colonial, mas uma reimaginação do presente e do futuro, em que diversas epistemologias e ontologias são reconhecidas e valorizadas.

Por outro lado, Boaventura de Sousa Santos, outro importante teórico, afirma que a decolonialidade envolve a criação de uma “ecologia de saberes”, em que diversas formas de conhecimento coexistem e se complementam. Ele afirma:

A ecologia de saberes é uma proposta de enfrentamento da monocultura do saber e do rigor científico que desconsidera outras formas de conhecimento, principalmente aquelas oriundas das tradições e práticas de povos colonizados. (SANTOS, 2010, p. 42)

Desse modo, o currículo decolonial inserido na educação infantil busca incorporar essa diversidade de saberes, promovendo uma educação inclusiva e crítica que reconheça e valorize as contribuições de todas as culturas e histórias dos povos.

Com a inserção deste currículo, como também das teorias pós-coloniais, há a possibilidade de pensarmos em uma educação mais plural e humana, uma vez que, esta valorizará não apenas um mundo, mas várias cosmovisões de mundos que são importantes nas narrativas educacionais e na nossa sociedade.

Nesta perspectiva, a partir do momento em que uma escola se deixa levar apenas por um sistema de ensino que valoriza uma única cultura, esta se estabelecerá como uma hegemonia que influenciará os alunos e a escola, desvalorizando assim as relações étnico-raciais existente no universo escolar. De acordo com Paraíso:

A teoria pós-colonialista analisa as relações de poder entre as nações focalizando os efeitos duradouros do processo de colonização europeia e que fazem perdurar o imperialismo cultural, político, econômico e social de algumas nações e seus povos. Assim, os efeitos colonialistas, racistas e etnocêntricos são visíveis no conhecimento que faz parte do currículo, nos textos literários e nos diferentes materiais curriculares, tais como livros didáticos, contos, histórias, literaturas infantil e juvenil, imagens, textos acadêmicos, revistas em quadrinhos, filmes etc. (PARAÍSO, 2023. p, 93)

Assim, com esses estudos, podemos pensar a necessidade de construção de diferentes e novos saberes, sobretudo daqueles que são oriundos dos lugares periféricos e que por motivos etnocêntricos, foram subalternizados e desvalorizados.

Por outro lado, é necessário superarmos o olhar colonizador na prática educativa. Com isso, queremos dizer que se faz urgente questionarmos a cultura que estamos consumindo em defesa de uma educação crítica e democrática, onde todas as crianças possam ter lugar de fala e se sentirem representadas no meio escolar e curricular. Corroborando com este pensamento, afirma Praxedes e Piletti:

Devemos construir uma ética política de respeito as diferenças nas relações sociais dentro e fora da escola, sem preconceitos depreciativos, estereótipos sociais negativos e sem discriminação de ninguém. O respeito a diferença se torna estratégico se tivermos como objetivo a democratização da vida social e do direito de participação política. (PRAXEDES E PILETTI, 2021. p, 112)

Desse modo, o ambiente escolar deve ser um lugar onde todos os pensamentos e modos de vidas devem ser discutidas. As crianças negras precisam ser respeitadas e se sentirem representadas por suas ancestralidades e culturas. A instituição precisa ser um ambiente sem preconceito, e que os negros possam não ser estereotipados e levados a se envergonharem de seus povos e culturas.

A educação ela é plural e a nossa sociedade é marcada pela heterogeneidade, ou seja, é composta por um vasto grupo de pessoas, classes e identidades culturais diversos e discrepantes um das outras.

Com isso, um currículo decolonial busca incorporar e valorizar as culturas, histórias e conhecimentos de grupos étnicos marginalizados, como afrodescendentes, indígenas e outros povos não dominantes. Isso ajuda as crianças a desenvolverem uma autoimagem positiva e a respeitarem a diversidade cultural desde cedo.

Por meio de uma abordagem crítica e reflexiva, um currículo decolonial pode desconstruir estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade. Isso envolve discutir as origens históricas do racismo e como essas ideias foram perpetuadas ao longo do tempo.

Incluir no currículo a história e cultura afro-brasileira e indígena é fundamental para oferecer uma visão mais completa e precisa da história do Brasil. Isso não apenas corrige distorções históricas, mas também promove o respeito e a valorização das contribuições desses grupos para a sociedade brasileira.

A análise pós-colonial, junta-se, assim, análises pós-moderna e pós-estruturalista, para questionar as relações de poder e as formas de conhecimento que locaram o sujeito imperial europeu na posição atual de privilégio. Os pós colonialismo concentra-se no questionamento das narrativas sobre nacionalidade e sobre “raça” que estão no centro da construção imaginária que o ocidente fez e faz do oriente e de si próprio. (SILVA, 2005. p, 127)

Um currículo decolonial não apenas promove o aprendizado acadêmico, mas também contribui para o desenvolvimento social e emocional das crianças, desenvolvendo seu senso crítico e lhes ensinando a questionar o conhecimento que lhes são passados. Ao ensinar o respeito às diferenças e a valorização das

identidades culturais, as crianças podem desenvolver habilidades de empatia, solidariedade e justiça social desde cedo.

Sendo assim, esse currículo é crucial para promover uma educação emancipadora, bem como, é necessária porque faz com que aqueles que tiveram suas narrativas sucumbidas possam ter voz e vez na sociedade e assim também tenham seu lugar de fala.

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências. Dessas afinações podemos concluir que a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos científicos. Assim, o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. Lakatos (2003 p, 83)

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, a qual se caracteriza pela análise aprofundada de fenômenos sociais e pela interpretação das percepções, experiências e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos no contexto investigados. Segundo Marly (2007) a pesquisa qualitativa constitui um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico ou segundo sua estruturação.

Com isso, visto que minha pesquisa parte do princípio qualitativo, foi realizado uma coleta de informações através de um questionário para se obter o posicionamento de gestores/as, como também de professores/as em relação a forma como a instituição, trabalha a educação antirracista em suas escolas no combate ao preconceito racial. Tal abordagem permitiu compreender a complexidade das relações e das práticas educativas, especialmente no que se refere à educação antirracista na educação infantil.

Esta pesquisa também se constitui uma pesquisa de campo, configurando-se como um estudo de caso, uma vez que se concentra em uma análise detalhada e contextualizada de uma realidade específica, visando compreender como a educação antirracista é aplicada no combate ao preconceito racial na educação infantil. Essa metodologia permite uma investigação aprofundada de práticas, discursos e

experiências em um ambiente escolar, contribuindo para uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado. Mediante isso, corrobora Gil:

A pesquisa de campo é um dos métodos mais eficazes para a coleta de dados, pois permite que o pesquisador observe diretamente o fenômeno em seu contexto natural, interaja com os sujeitos e compreenda de maneira mais aprofundada as dinâmicas sociais e culturais que influenciam o comportamento e as práticas investigadas” (GIL, 2008, p. 52).

A pesquisa de campo, como destacado por Gil (2008), foi crucial para compreender a realidade de um fenômeno em seu contexto natural, permitindo que o pesquisador interaja diretamente com os sujeitos e observe suas dinâmicas. No contexto da educação antirracista na educação infantil, essa abordagem se tornou essencial, pois possibilitou uma análise aprofundada de como as práticas pedagógicas voltadas para o combate ao preconceito racial são implementadas nas escolas.

Ao estar imerso nesse ambiente, foi capaz de captar as percepções, experiências e desafios dos educadores e alunos, o que contribuiu para uma compreensão mais rica e contextualizada da eficácia dessas práticas e sua importância para a formação de uma cultura de respeito e igualdade.

A pesquisa, que teve como problematização saber como a educação antirracista é capaz de combater o preconceito racial na educação infantil, buscou saber caminhos que viesse funcionar como estratégias para combater práticas racistas que estão presentes dentro da escola. Com isso, de acordo com Rudio, Apud Lakatos e Marconi, (1978, p, 127)

Formular o problema consiste em dizer, de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando suas características. Desta forma, o objetivo da formulação do problema da pesquisa é tomá-lo individualizado, específico, inconfundível. (RUDIO, 1978, p, 127. Apud LAKATOS E MARCONI)

Por outro lado, o estudo, que teve como objetivo geral analisar como a escola trabalha na perspectiva da educação antirracista no combate ao preconceito racial na

educação infantil, buscou uma análise no campo escolar referente a essa possibilidade. Com isso, afirma Gomes (2012)

A análise crítica e sistemática das práticas educacionais é fundamental para entender a eficácia das ações pedagógicas, especialmente na promoção da igualdade racial. Compreender como a escola trabalha a educação antirracista permite identificar avanços, desafios e áreas que necessitam de intervenção, assegurando que as práticas educativas contribuam de fato para a desconstrução do preconceito racial e a formação de um ambiente mais inclusivo” (GOMES, 2012, p. 45).

Compreender como as escolas aplicam a educação antirracista é essencial para identificar os progressos feitos, os desafios enfrentados e as áreas que ainda precisam de melhorias. Essa análise assegura que as ações pedagógicas realmente contribuam para combater o preconceito racial e criar um ambiente mais inclusivo nas escolas.

4.1 Caracterização dos sujeitos e do local

Para responder ao questionário, foram entrevistados 4 professores. Dois do sexo masculino e duas do sexo feminino, e 1 diretor. E de acordo com Costa (2018)

A entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal e no sentido estrito de construção de conhecimento sobre determinado objeto, é a técnica mais utilizada no processo de trabalho qualitativo empírico. Constitui-se como uma conversa a dois ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa de um entrevistador e destinada a construir informações pertinentes a determinado objeto de investigação. (COSTA, 2018. n.p)

A escola onde foi aplicado foi no município de Riachão-PB, na rede Municipal de Ensino Fundamental Menino Jesus. A instituição de ensino abrange tanto a educação infantil quanto o ensino fundamental, proporcionando uma educação integral desde os primeiros anos de escolarização.

Porém, a pesquisa foi direcionada para a educação infantil, em especial as turmas da pré-escola, onde foram entrevistados os docentes das respectivas turmas.

4.2 Instrumento de Pesquisa

O questionário é uma ferramenta essencial para a coleta de dados em pesquisas, pois permite a obtenção de informações de maneira padronizada, objetiva e eficiente. Sua aplicação facilita a coleta de dados de um grande número de pessoas de forma rápida e econômica, além de proporcionar maior confiabilidade nas respostas, especialmente quando as perguntas são claras e estruturadas. Além disso, os dados coletados são mais fáceis de analisar e interpretar, principalmente quando seguem um formato quantitativo e qualitativo, tornando o processo de pesquisa mais ágil e preciso.

O questionário é um instrumento de coleta de dados que se caracteriza por um conjunto de perguntas organizadas de maneira estruturada, com a finalidade de obter informações de muitas pessoas, sendo amplamente utilizado nas pesquisas quantitativas para a análise de comportamentos, opiniões e atitudes” (TRIVIÑOS, 1987, p. 89).

No questionário, havia informações para coletas dos seus dados pessoais, como por exemplo o tempo de docência, tempo na instituição, gênero e cor. Vale ressaltar que, todos os entrevistados se autodeclararam pardos.

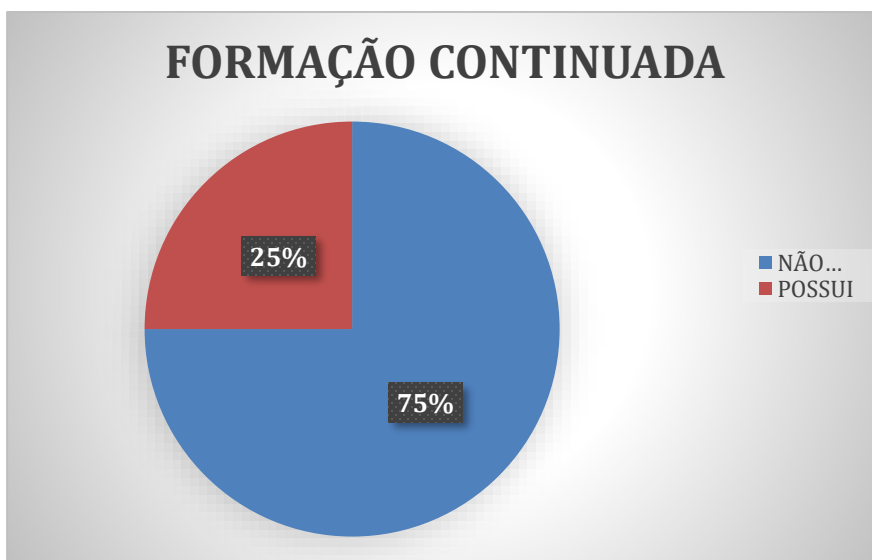
A proposta do questionário girava em torno de saber sobre sua formação e conhecimento, práticas e metodologias em sala de aula, envolvimento da comunidade escolar e desafios e possibilidades divididos em 14 perguntas.

6. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

A aplicação do questionário para os professores foi fundamental para avaliar como os docentes abordam a questão racial em sua prática pedagógica. Esse diagnóstico ajudou a entender o nível de conhecimento e percepção dos professores sobre o tema, além de identificar as estratégias que utilizam para promover a igualdade racial em sala de aula. O questionário também permitiu verificar se os professores tinham acesso a formação continuada sobre educação antirracista, já que muitos podem não ter recebido capacitação específica.

A primeira parte do questionário foi organizado com perguntas relacionadas a formação continuada. Questiona-se como a escola, bem como os próprios docentes, por iniciativa própria, buscava uma capacitação há mais em sua formação para assim lidar com as temáticas raciais em aula e poder ter uma prática mais igualitária com todos os seus alunos.

GRÁFICO 1



FONTE: Autor (2024)

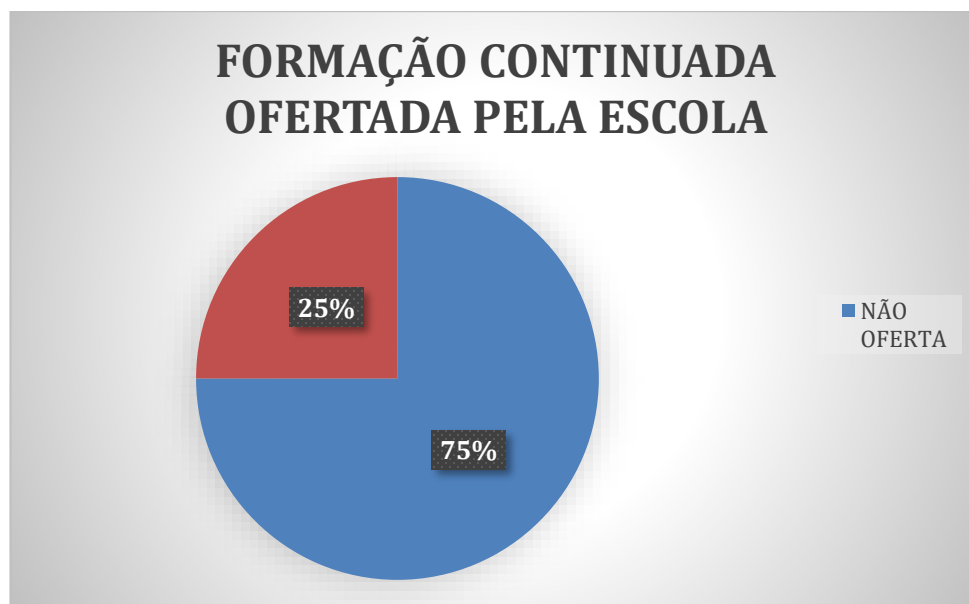
O gráfico 1 nos mostra a formação continuada dos professores que indica uma lacuna significativa na capacitação dos docentes para lidar com temas específicos como a educação antirracista. Dos quatro professores entrevistados, 75% declararam não possuir formação continuada, o que reflete uma carência de investimento em processos de formação que os preparem para enfrentar desafios pedagógicos relacionados à diversidade e ao combate ao preconceito racial. De acordo com Santos (2020):

Mais do que nunca, o educador deve estar sempre atualizado e bem-informado, não apenas em relação aos fatos e acontecimentos do mundo, mas, principalmente, em relação aos conhecimentos curriculares e pedagógicos e às novas tendências educacionais. (SANTOS, 2020. p, 89)

Essa ausência de formação pode impactar diretamente a qualidade das práticas educativas, já que professores sem acesso a capacitações podem ter dificuldades em abordar questões raciais de forma adequada e efetiva em sala de aula. Por outro lado, os 25% que possuem formação evidenciam que há iniciativas nesse sentido, embora sejam insuficientes para atender à totalidade dos docentes.

O gráfico reforça a necessidade de políticas educacionais e ações institucionais que promovam programas de formação continuada focados na educação antirracista, contribuindo para que os professores se tornem mais preparados para enfrentar o racismo estrutural e educar as crianças em um ambiente que valorize a igualdade e a diversidade.

GRÁFICO 2



FONTE: Autor (2024)

A análise do gráfico 2 sobre se a escola oferece formação continuada para os professores na temática da educação antirracista revela uma falha significativa no suporte institucional. Dos quatro professores entrevistados, 75% afirmaram que a escola não oferece formação continuada, enquanto apenas 25% disseram que essa formação está disponível. Segundo o site Cursos Acesso (2024):

A sala de aula deve ser um espaço de diálogo, permeando leis que buscam combater o preconceito racial nas escolas – já que todos precisam ser ensinados sobre elas. É fundamental que isso faça parte da rotina dos alunos com atividades e questões práticas para serem transformados em atitudes diárias. (ACESSO, 2024)

Essa situação indica que a escola ainda não prioriza a capacitação docente em temas relacionados ao combate ao racismo e à promoção da igualdade, o que pode refletir uma desvalorização do tema na política pedagógica da instituição. Sem essa formação, os professores ficam sem o suporte necessário para construir práticas

pedagógicas antirracistas e inclusivas, dificultando a implementação de ações efetivas que promovam a equidade racial no ambiente escolar.

Essa reflexão sobre suas próprias práticas pode sensibilizá-los e ajudá-los a perceber o impacto que suas ações têm no desenvolvimento das crianças, especialmente em contextos de discriminação. Além disso, a aplicação do questionário possibilitou identificar o grau de inclusão de atividades que valorizem a diversidade racial, como a presença de conteúdos sobre as culturas afro-brasileira. Também pode evidenciar as necessidades formativas dos professores, permitindo que a escola planeje ações para capacitá-los e criar um ambiente mais inclusivo. Por fim, essa ferramenta ajudou a entender o grau de engajamento dos educadores no combate ao racismo e a promover mudanças concretas nas práticas pedagógicas para criar uma escola mais justa e equitativa.

QUADRO 1

FONTE: Autor: (2024)

DOCENTES	Questionário: Quais são os principais desafios que você enfrenta para implementar práticas antirracista em sala de aula?
DOCENTE 1	Gerenciamento do tempo.
DOCENTE 2	Possui pouca formação para dialogar com a negação existente
DOCENTE 3	A não aceitação da cor por parte dos próprios alunos.
DOCENTE 4	Não encontra desafios

Como mostra o quadro 1, os desafios e possibilidades na implementação de práticas antirracistas em sala de aula revelam um panorama diverso, com questões

que vão desde a formação docente até o impacto direto nos alunos. Alguns professores destacam o gerenciamento do tempo como um dos principais desafios, apontando que o envolvimento das crianças nas atividades pode ser tão intenso que dificulta o cumprimento de outras demandas curriculares. Essa dificuldade reflete a necessidade de integrar o tema ao currículo regular, evitando que ele seja tratado como um conteúdo isolado. Segundo Cavalleiro (2023):

Os estudos apresentados evidenciam o fato de o sistema formal de educação ser desprovido de elementos propícios à identificação positiva de alunos negros com o sistema escolar. Esses estudos demonstram a necessidade de uma ação pedagógica de combate ao racismo e aos seus desdobramentos, tais como preconceito e discriminação étnicos. Eles podem estar ocorrendo no cotidiano escolar, provocando distorções de conteúdo curricular e veiculando estereótipos étnicos e de gênero, entre outros, por intermédio dos meios de comunicação e dos livros didáticos e paradidáticos. (CAVALLEIRO, 2023. p, 35)

Essa situação exige uma ação pedagógica antirracista que combata estereótipos étnicos e de gênero, promovendo uma educação inclusiva e equitativa. Além disso, há uma urgência de transformar a prática docente e os materiais educativos de forma a desconstruir narrativas discriminatórias e a valorizar a diversidade cultural, o que é essencial para um ensino que respeite e fortaleça a identidade dos alunos.

Outro aspecto apontado é a falta de formação adequada. Alguns educadores relatam sentir-se despreparados para lidar com as resistências ou negações relacionadas ao racismo. Essa limitação evidencia a importância de investir em capacitações contínuas e acessíveis, que forneçam ferramentas teóricas e práticas para lidar com a complexidade do tema. Além disso, foi mencionado que em comunidades onde a maioria da população é negra, muitos alunos apresentam baixa autoestima e dificuldades de autoaceitação. Isso reflete o impacto do racismo estrutural e a necessidade de estratégias pedagógicas que promovam a valorização da identidade, estética e cultura negra. Teixeira e Caldas et. al (2023) corrobora:

A implementação da educação antirracista enfrenta desafios como a relutância de professores em reconhecer o racismo, a falta de formação

específica para abordar questões étnico-raciais, a escassez de recursos didáticos adequados e a ausência de políticas públicas que promovam a formação continuada em práticas antirracistas.” (TEXEIRA e CALDAS, 2023).

Por outro lado, há também relatos de possibilidades positivas. Alguns professores destacam que seus alunos participam ativamente das discussões e demonstram grande interesse pelo tema, o que evidencia o potencial transformador das práticas antirracistas quando bem conduzidas. Em contextos em que as práticas antirracistas já são constantes, os desafios são mínimos, mostrando que a consistência no trabalho pode gerar um ambiente escolar mais acolhedor e igualitário.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que já foi exposto e explicitado aqui, fica claro que o melhor caminho a ser trilhado no combate ao preconceito racial e o racismo estrutural presente em nossa sociedade, sobretudo nas escolas, o melhor a se fazer e pôr em prática, é lutarmos pela inserção de uma educação antirracista de maneira urgente. Não podemos apenas nos limitar ao que está prescrito nas legislações de forma teórica. Todavia, urge que ponhamos em prática tal educação, pois só assim teremos chances de contribuirmos para uma sociedade igualitária e justa.

Além disso, sabemos que todos esses debates e assertivas a respeito das relações étnico raciais no Brasil, não é uma questão exclusiva e nova, mas é um assunto que vem sendo discutido há muito tempo e tem sido temáticas não fáceis de serem discutidas, uma vez que se tornaram polêmicas, como também complexas, visto que, vai de encontro contra a elite dominante e branca que tem sido resistência para as conquistas da população negra. Entretanto, sabemos que mesmo diante de tal cenário, tais discussões se tornam necessárias para que haja uma educação igualitária, não preconceituosa e que respeite, sobretudo, as diferenças que permeiam o ambiente escolar.

Por fim, unidos com uma educação antirracista, mapearemos os problemas que orbitam em salas de aulas e posteriormente, traçaremos as possíveis soluções na promoção de uma educação que possibilite a convivência harmoniosa entre as pessoas, como também, transformando o ambiente escolar em um lugar adequado para a vivência e as discussões dos direitos de todos como seres humanos dignos de tal, e assim, experimentarmos uma educação sem estereótipos, bem como, promotora de uma igualdade que alcance a todos no ambiente de ensino

8. REFERÊNCIAS

ALVEZ, Nilda; GARCIA, Leite Regina (org). **O SENTIDO DA ESCOLA**. 4. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 95

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação Infantil. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 2003.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. **Fundamentação da história da educação brasileira: o gesto pedagógico colonial, os processos para consulta e os regimentos, séculos XVII-XVIII**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 21, 2021.

CAVALLEIRO, Eliane do Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. – 6º ed, 8º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2023. p, 35.

COSTA, António Pedro. **Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa**. Revista Lusófona de Educação, núm. 40, pp. 11-25, 2018 Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. n.p.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A história da educação dos negros no Brasil** / Marcus Vinícius Fonseca; Surya

FONSECA, Marcus Vinícius. A história da educação dos negros no Brasil / Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.). – Niterói: EdUFF, 2016. 442p.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. A História da Educação dos Negros no Brasil. Editora X, 2008.

Formação Docente: importância, estratégias e princípios: volume 1 / org. Marcos Pereira dos Santos. Curitiba: Bagai, 2020. p, 89.

FREYRE, Gilberto. (1933). **Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. Global.**

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6° ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e diversidade cultural: desafios e perspectivas.** São Paulo: Pulo do Gato, 2012. p, 45. p, 102.

JUNIOR; Francisco Ernesto Wilmo. **Educação Antirracista: Reflexões e Contribuições Possíveis do Ensino de Ciências e De Alguns Pensadores.** Ciência e Educação. Porto Velho-RO, 2008.

Lakatos, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003. p, 27.

MILENA, Lilian. **“Kambegele Munanga, o antropólogo que desmistificou a democracia racial no Brasil”**. Uol. Diálogos do Sul Global. Acesso em: 28. ago. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889).** HISTEDBR, 1986-2006. Navegando na história da educação brasileira. Disponível em:. Acesso em: [23.ago.2024].

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

TEXEIRA, Eliane Pinto. CALDAS, Danielle Barros. et. al. Formação de professores e educação para relações étnico-raciais: uma revisão de literatura. IOSR Journals, 2023.

PARÁISO, Marlucey Alves. **Currículos: teorias e políticas.** São Paulo: Contexto, 2023.

PRAXEDES, Walter. **Principais correntes da Sociologia da Educação.** Piletti, Nelson. São Paulo: Contexto, 2021.

QUINJANO, A. (2000). **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Lander, E. (Ed.), **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas** (pp. 117-142) Buenos Aires: CLASCO.

RAUCH, Maria Sebastiana Ferreira. Revista ft. 16. jul.2024. **A evolução da educação infantil no brasil: influências históricas, desigualdades e reflexos contemporâneos** Acesso em: 22. agost. 2024

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p, 107 e 7

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2010). **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. São Paulo: editora Cortez.

SAS, Plataforma de Educação. Educação Antirracista: o que as escolas precisam fazer? 7.abril.2021Acesso em: 18. maio. 2024.

SILVA Jr., Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais** / Hédio Silva Jr. – Brasília: UNESCO, 2002. 96 p.

SILVA, Francly Leyla Salazar da. **Silenciamentos e negação do negro no ensino de história**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Programa de Mestrado Profissional - ProfHistória, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Campus Universidade Federal do Tocantins – UFT, Araguaína.

SILVA, Tomaz Tadeu Da. **Documentos de identidade: uma introdução as teorias de currículo**. 2. ed. 9º reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. COSTA, Jurandir Freire. p, 10.

Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Nilma, Lino Gomes. p, 147

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. p, 89

WOODSON, Carter Godwin. **A des-educação do negro**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros; Introdução de Ana Lúcia Silva Souza. 1º ed. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2021. p, 29.

9. APÊNDICE



CENTRO DE HUMANIDADE-CH-CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Prezado professor(a), sou aluno do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Estou cursando o componente curricular TCC II, o qual tem como uma de suas atividades o desenvolvimento de uma pesquisa. Meu projeto de pesquisa tem como objetivo "A importância da educação antirracista no combate ao preconceito racial na educação infantil". A temática vem sendo discutida há muito tempo. Entretanto, sabemos que ainda permeia fortemente em nossa sociedade, sobretudo no âmbito educacional, expressões de preconceito e discriminação contra as crianças negras, contribuindo assim para a formação de uma sociedade excludente e racista. Com isso, o assunto em pauta tem me feito empreender a respeito da importância de se trabalhar tais questões em sala de aula para promover uma educação igualitária para todos. Sendo assim, espero contar com seu apoio respondendo as perguntas deste questionário. Me comprometo em manter em sigilo as informações aqui obtidas. Desde já agradeço sua contribuição.

ALUNO: José Maurício Calisto Da Silva

Questionário

Dados pessoais

Nome:

Formação:

Tempo de docência:

Tempo na instituição:

Gênero: feminino

Cor: () Branco; () Pardo; () Preto; () Indígena

Nº mais ou menos de alunos na sala de aula:

1. Formação e Conhecimento

- a) Como você define educação antirracista em suas próprias palavras?
- b) A instituição oferece formação continuada sobre temáticas de educação antirracista? Se sim, com que frequência? Se não, por qual motivo você acha que não há essa oferta?
- c) Você busca, por conta própria, aprofundar-se em temas relacionados à igualdade racial e educação antirracista? Como (ex. cursos, leituras, eventos)? Descreva brevemente.

2. Práticas e Metodologias na Sala de Aula

- a) Quais estratégias ou práticas pedagógicas você utiliza para promover a igualdade étnico-racial em suas aulas?
- b) Você percebe engajamento das crianças quando o tema é diversidade racial? Se sim, poderia descrever uma situação marcante?
- c) Existem materiais pedagógicos (livros, brinquedos, recursos audiovisuais) na instituição que abordam a diversidade étnico-racial de maneira positiva? Se sim, quais são os mais utilizados?
- D) Quais resultados você já observou em termos de inclusão e respeito à diversidade étnico-racial após a implementação dessas práticas?
- E) Na sua experiência, a educação antirracista é um tema transversal em outras disciplinas ou é abordada apenas em momentos específicos?

3) Envolvimento da Comunidade Escolar

A) De que maneira a escola/instituição envolve a comunidade escolar (famílias, funcionários etc.) nas ações voltadas para a educação antirracista? Ou não há esse envolvimento?

B) Você acredita que há espaço para a educação antirracista em todas as esferas da comunidade escolar? Se sim, por quê? Se não, por quê?

4)Desafios e Possibilidades

A) Quais são os principais desafios que você enfrenta ao tentar implementar práticas antirracistas em sala de aula?

B) O que você acredita que poderia ser feito pela gestão escolar para incentivar ainda mais a educação antirracista?

5)Avaliação das Ações da Instituição

A) Como você avalia as ações da instituição no que diz respeito à promoção da igualdade étnico-racial? O que funciona bem e o que poderia ser melhorado

B) A escola possui algum projeto ou programa institucional voltado exclusivamente para a promoção da educação antirracista? Se sim, como ele funciona?